

## ENCONTRO EMPRESARIAL DOS AÇORES

### Enquadramento

1. O FÓRUM CCIA 2019 – *Encontro Empresarial dos Açores* – reuniu na Horta, nos dias 18 e 19 de outubro, com cerca de quarenta empresários representando as três Câmaras de Comércio dos Açores e vários sectores de atividade e fez uma análise ao estado da economia regional, identificando as principais dificuldades e analisando as grandes necessidades e oportunidades de ajustamento estrutural da economia açoriana.
2. O Fórum solidarizou-se com as empresas e com as famílias afetadas pelos efeitos do Furação Lorenzo, com especial destaque nas ilhas das Flores, Corvo e Faial. Aguarda-se que seja possível repor a normalidade com a maior brevidade. Entendeu o Fórum que esta é uma oportunidade para reequacionar os modelos de portos e transportes marítimos, inovando no sentido de modelos mais seguros e mais económicos. As Câmaras do Comércio continuam disponíveis para colaborar na procura das soluções para ajudar as empresas e as famílias afetadas.
3. O Fórum adotou como tema central a “Inovação e Transformação Digital”, contando com a participação de uma especialista (Doutora Maria Teresa Borges Tiago), que orientou um workshop sobre esta temática. Concluiu, nomeadamente, que se colocam vários desafios designadamente: i) requalificar os agentes económicos (empresários e estruturas produtivas) para um melhor domínio das tecnologias de informação; ii) rever o sistema de ensino, a todos os níveis, para a qualificação nas competências digitais; iii) mobilizar recursos do próximo QCA para a tarefa de capacitação da sociedade e economia dos Açores no digital; iv) incrementar a utilização do digital nos serviços públicos; v) fomentar a inovação no tecido empresarial.

4. Foi feita uma análise retrospectiva da evolução dos tópicos debatidos na edição de 2018 constatando-se que, em notas negativas: i) permanecem e aumentaram os pagamentos em atraso do SPER; ii) a situação da SATA continua a degradar-se, sem que se vislumbre a sua reestruturação; iii) o modelo de atribuição do subsídio de mobilidade não foi alterado; iv) os modelos de obrigação de serviço público no transporte aéreo não foram alterados; v) o modelo de transportes marítimos não foi alterado; vi) o governo insiste, erradamente, na aquisição de um Ferryboat por quase 50 milhões de euros; vii) os relatórios trimestrais das empresas do SPER continuam a sair com um desfasamento de 3 meses e a não serem disponibilizados em plataforma eletrónica; viii) persistem problemas de custos de contexto em várias áreas, particularmente os custos de energia.

Como notas positivas pode referir-se: i) A estabilização da situação da ATA pese embora os desfasamentos pontuais ainda existentes por parte das entidades públicas na salvaguarda das suas responsabilidades; ii) a dotação (47 milhões de euros), para a recapitalização da SATA; iii) o aumento, mesmo que insuficiente, das verbas para a formação profissional.

O Fórum considerou que a concertação estratégica nestas matérias tem sido efetivamente quase nula sem o devido debate e acerto de políticas que têm vindo a ser anunciadas sem adequada discussão pública e com resultados negligenciáveis ou mesmo negativos, como acontece com a SATA.

5. Foi analisada a evolução da conjuntura socioeconómica, constatando-se a persistência dos sinais positivos essencialmente derivados da situação do setor do turismo no seu todo, com particular realce para as soluções de alojamento local. Esta situação positiva foi considerada preocupantemente frágil em face de desafios não plenamente assumidos como o investimento público no setor do turismo, a formação de ativos, a promoção externa, a fragilidade da gestão das rotas, a situação de crescente fragilidade da SATA. Considera-se grave o atraso a que está a ser remetida a ilha de Santa Maria, particularmente na área do turismo.

6. O Fórum refletiu sobre a falta de discussão das questões económicas, nas recentes eleições legislativas nacionais, esperando que, nas eleições regionais, os partidos tomem em devida conta esta realidade, dado o seu papel na criação de emprego e geração de riqueza.

Tendo em consideração esta realidade e as circunstâncias regionais, o Fórum considerou que a futura estrutura governamental deve dar maior enfoque às

questões económicas, com a criação de uma pasta específica da economia que se centre, particularmente nos transportes, turismo, comércio e indústria, tendo em conta os novos desafios e realidade da economia regional.

7. Foi constatada a persistência de pagamentos em atraso no SPER, particularmente nas EPEs que gerem os hospitais. No final do primeiro semestre de 2019, o SPER devia a fornecedores 202,8 milhões de euros (193,7 em igual período de 2018), sendo que destes 115,0 (115,2 em 2018) eram dos hospitais e 50,4 milhões (50,0 em 2018), da responsabilidade da SATA, representando 81% do total (85% em 2018). Ao mesmo tempo, o SPER regista na conta de clientes correntes um valor de 198,1 milhões de euros (190,0 em 2018), sendo que os hospitais assumem 124,7 milhões deste valor (110 em 2018) e a EDA 49,8 milhões (42 em 2018). No caso da EDA os valores continuam alinhados com a exploração normal da atividade da empresa. No caso dos hospitais as dívidas continuam a advir, sobretudo, de desacertos com subsistemas de saúde, como é o caso da ADSE, num “dossier” que permanece por resolver entre os governos central e regional. A continuidade da degradação dos resultados líquidos do Grupo SATA foram considerados uma preocupação crescente, que resulta de um desacerto generalizado da operação da SATA Internacional. No seu todo o SPER, no final de 2018, agregava um capital próprio positivo de 319,9 milhões de euros (sendo que só a EDA apresentava um valor positivo de 341,6 milhões e os hospitais um valor negativo de 304,1 milhões de euros). O SPER apresenta, à data de 30 de junho de 2019, resultados transitados acumulados de -595,2 milhões de euros, sendo que a EDA contribui com 177,6 milhões de resultados acumulados positivos e os hospitais e a SATA com resultados transitados negativos de 464,6 e 224,2 milhões de euros, respetivamente. O SPER continua a afigurar-se, no global, como um sorvedouro de recursos, pese embora o contributo positivo da EDA, onde a Região detem apenas cerca de metade do valor.

## Linhas de Orientação Estratégica

O Fórum reafirmou o primado da economia privada como estratégia fundamental de integração na economia nacional e europeia, considerando como fundamental sublinhar a necessidade de políticas promotoras do crescimento, da competitividade e do emprego privado na economia dos Açores, como única via sustentável para o progresso socioeconómico que se pretende. Associou a este desígnio a necessidade

imperativa da racionalização da intervenção pública na economia exigindo a prossecução de uma programação evidente de redução do peso do setor público incluindo a reprivatização efetiva de atividades.

Nos rumos que se traduzem em linhas orientadoras para a concretização de uma futura política de desenvolvimento regional, sustentada na competitividade, o Fórum considerou como indispensável que as entidades públicas, regionais e locais, atuem, com determinação, em temas essenciais que se enumeram de seguida.

## **1. Programa Operacional Açores - PO2027**

O FORUM considerou, que é imprescindível que o PO2027 deve ter pelo menos a mesma dotação real do PO2020, o que implica um aumento nominal da ordem dos 10%, a serem negociados em Lisboa, dada a improbabilidade de, em Bruxelas, se alterarem as decisões já tomadas. Igualmente importante é a manutenção da taxa de uma participação regional de 85%.

Considerou, também, fundamental que se desenvolva, imediatamente, a estratégia de investimentos do PO2027, num contexto colaborativo que envolva, de forma ativa, as associações empresariais, para não se repetirem os erros de afetação de verbas do passado, que mantêm os Açores à margem da rota da convergência, neste período.

Importa, para este novo período de programação, repensar algumas estratégias de investimento em função do seu real impacto económico e maximização do bem-estar das populações, num contexto marcado pela insuficiência de recursos.

Na área dos incentivos importa alterar a estratégia que tem vindo a ser seguida com a afetação de verbas para áreas estratégicas para a economia da Região como a Inovação; Economia Digital; Turismo e Indústria.

Foi manifestada preocupação com eventuais atrasos com a transição para o novo quadro.

## **2. Transportes**

### **a. Transportes Aéreos de Passageiros**

O Fórum procedeu a uma análise exaustiva da situação do transporte aéreo de passageiros, em geral e do papel da SATA, em particular:

- i) O Fórum considerou que a SATA é um instrumento fundamental para a garantia da mobilidade interna e de ligação com o exterior. Esta função, exercida em monopólio, não tem sido satisfatória;
- ii) Voltou a considerar como desastrosas as limitações da conectividade interna nos Açores pelos impactos castradores que tiveram nas operações turísticas da generalidade das ilhas, com a agravante da prática de preços excessivamente elevados não permitir o crescimento potencial das ilhas mais pequenas. Esta limitação é anti coesão e anti ligação entre ilhas;
- iii) Voltou a sugerir a alteração do modelo de gestão da SATA AIR AÇORES para proporcionar maior oferta, redução de tarifas, aumento de frequências e alargamento de horários, de forma a permitir uma maior distribuição dos passageiros que entram pelas gateways;
- iv) O desempenho da SATA não é indissociável das restrições que advêm dos modelos impostos em regimes de obrigações de serviço público desfasadas da realidade atual;
- v) Voltou a constatar a necessidade urgente de se proceder ao ajustamento do modelo nacional de apoio à mobilidade dos Açores, dado o impacto negativo que tem nos preços praticados, onerosos para a tesouraria dos residentes e inoportáveis para a procura externa, para além dos impactos negativos que está a ter na perceção nacional da justeza do modelo. Impõe-se uma solução que conte com a participação dos governos e dos demais “stakeholders”;
- vi) Manifestou profunda preocupação com a continuada situação de precariedade da SATA Internacional dado o impacto que tem nos mercados interno e externo, em especial no norte-americano;
- vii) Voltou a sublinhar a necessidade de uma profunda reestruturação do grupo SATA com a separação clara das atividades e do financiamento das empresas do grupo. Um aumento parcial de capital em 47 milhões de euros, é um princípio que necessita de enquadramento;
- viii) Considerou-se urgente ajustar a política de encaminhamentos, de forma a torná-los mais racionais e otimizados, libertando

capacidade necessária para responder à procura real de residentes e turistas;

- ix) A SATA deve manter uma função estratégica e reguladora nas ligações com o exterior.
- x) O Fórum considera ainda da maior relevância que as associações empresariais participem ativamente na definição das novas obrigações de serviço público inter-ilhas e também para o exterior. Considera ainda que os cadernos de encargos que fixam as obrigações devem ser mais flexíveis.

## **b. Transportes Marítimos de Carga e Passageiros**

Reafirma-se, novamente, que o modelo atual, como está, não serve adequadamente os interesses da economia e da sociedade açorianas! Não é competitivo, não funciona adequadamente e as rotas e escalas definidas têm um grau elevado de incumprimento.

A alteração do modelo deve privilegiar redução de preço; melhoria de frequências, separando a componente económica da social, mantendo uniformidade de custos para as diferentes ilhas.

É urgente a definição do que deve ser o modelo para o futuro tendo em consideração a necessidade de os operadores atualizarem as suas frotas, em face de novas exigências do setor. A não resolução rápida deste assunto implicará a replicação da atual situação por um largo período de tempo uma vez que os armadores terão que fazer investimentos de renovação de frota, numa perspetiva de longo prazo, com implicações significativas, também, para os equipamentos portuários.

Os efeitos do furacão Lorenzo impõem uma reflexão estratégica sobre o modelo adotado, com impactos nos equipamentos utilizados (navios) e nas obras marítimas necessárias (portos). Considera-se que este é um momento de viragem para uma realidade estratégica mais eficiente e eficaz.

O Fórum continua a discordar liminarmente que seja adquirido um navio ró-ró sem que antes se tenha revisto e equacionado, de forma tecnicamente balizada, o que será o modelo de transportes marítimos para os Açores, sob pena de se fazerem opções erradas e onerosas para o futuro.

O mau funcionamento dos portos dos açores, por via da sua organização, constitui também motivo de preocupação, uma vez que prejudica a sua competitividade.

Não existe um planeamento estratégico evidente e adequado para os portos dos Açores.

As soluções neste setor, dado o seu impacto em toda a economia dos Açores, devem ser racionalizantes levando a reduções de custos, de investimento e operacionais.

No transporte de passageiros o Fórum considerou incompreensível que não sejam feitos contratos plurianuais para evitar as incertezas anuais que se têm registado, anulando a utilidade da operação para o turismo.

Os horários do transporte marítimo para as ilhas do grupo central devem ser revistos, melhorados e alargados nos meses de Verão.

### **3. Fiscalidade**

O Fórum voltou a reafirmar a importância de aliviar a carga fiscal, agravada no período de intervenção da TROIKA e não revertida na totalidade. A economia privada ficou com menos 40 a 50 milhões de euros por via da manutenção das políticas de agravamento fiscal.

O Fórum considerou que a atual carga fiscal que impende sobre as empresas é excessiva, retirando competitividade, entendendo que a Região deveria utilizar os limites previstos na lei, como já fez no passado.

### **4. Formação**

O Fórum considera positivo o aumento da dotação na anteproposta de Plano Regional Anual prevista para requalificação profissional. Esta dotação contrasta com a ausência quase total de dotações para esta rubrica em planos anteriores.

O Fórum considera, no entanto, que a referida dotação tem que ser direcionada para a requalificação de ativos, com especial relevância para a área turística, com ações adequadas às necessidades das empresas e realizadas por entidades com competência na matéria e não só por entidades públicas.

### **5. Investimento Público**

O Fórum reafirmou a necessidade da continuidade de investimentos públicos em infraestruturas, equipamentos portuários, equipamentos turísticos e equipamentos

para a formação, associados à dinamização reprodutiva e sustentável da economia dos Açores.

O Fórum reafirmou a urgência e a natureza imperativa dos seguintes investimentos:

Requalificação da estrutura portuária e de graneis de Ponta Delgada, pese embora as intervenções de requalificação;

Adaptação do Porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional, acentuando a necessidade urgente de se lançar o concurso público internacional para a concessão do HUB Logístico da Praia da Vitória, já anunciado pelo GRA, e de salvaguardar a adequação das suas cláusulas fundamentais;

Melhoria da operacionalidade/ampliação do aeroporto da Horta, que deve ser negociado na renovação do contrato de concessão da ANA, sem prejuízo de outras infraestruturas concessionadas a esta empresa.

O Fórum considerou positivo que a Assembleia da República se tenha pronunciado sobre estes investimentos como sendo estratégicos, dando razão a sucessivos apelos das Câmaras de Comércio.

Considerou, ainda, importante o investimento na iluminação das pistas dos aeródromos e sua certificação de forma a permitir a sua operacionalidade durante o período noturno.

## **6. Pagamentos em atraso**

O Fórum manifestou a sua redobrada preocupação com a continuação e ampliação da situação de atrasos de pagamentos por parte da administração regional e setor público empresarial, situação que tem profundos reflexos negativos nas empresas e na economia em geral.

Tendo em conta o volume muito significativo de dívidas, o Fórum considera inadiável a apresentação por parte do Governo de uma estratégia para a sua regularização imediata. As promessas de regularização, feitas em 2018 pelo Vice-presidente do Governo, não foram cumpridas, tendo antes sido agravada a situação.

Entende o Fórum estarmos perante um problema ético fundamental que distorce o funcionamento da economia, das empresas e dos serviços, de forma perigosamente disruptiva, prejudicando gravemente o autofinanciamento das empresas e criando atropelos à lei quando não aceita o pagamento de juros de mora. O Fórum determinou que o assunto deve ser levado ao provedor de justiça.



## 7. Turismo

Em face do diagnóstico da evolução do turismo, o Fórum considerou, novamente premente, a revisão das políticas de transporte, promoção e de requalificação dos recursos humanos e de infraestruturas.

A Anteposta de Plano não contempla os recursos financeiros que seriam necessários para consolidar este setor, nomeadamente no que se refere à promoção que carece de muitos mais meios para fazer face aos desafios. É preciso conquistar novos mercados e consolidar os que já temos.

O Fórum alertou para a necessidade de se alterar a política de emprego face à falta de recursos humanos que se verifica no setor em todas as ilhas.

O Fórum manifestou a sua satisfação com a situação encontrada para a ATA, mas manifesta preocupação com a lentidão da resolução de alguns problemas financeiros pendentes.

Em suma, o Fórum CCIA 2019 refletiu e reafirmou, na generalidade, o que tem sido a evolução das políticas para a competitividade da economia dos Açores concluindo que têm sido insignificantes e demorados os avanços conseguidos, prejudicando o posicionamento das empresas dos Açores e onerando os custos para as famílias. Os poucos avanços em áreas como os custos de contexto, a adequação e modernização de serviços públicos, o financiamento da economia privada, o investimento público estratégico, o mercado de trabalho, as privatizações e a adequação/adaptação legislativa (como a da movimentação de mercadorias) são algumas evidências preocupantes, cuja resolução tarda, em prejuízo do bem-estar geral da sociedade açoriana.

O Fórum sublinhou a disponibilidade das associações empresariais para a participação em processos verdadeiros de concertação social, no geral e em áreas específicas, única forma de se gerarem consensos dinâmicos e frutuozos capazes de potenciar um maior e mais sustentável desenvolvimento dos Açores.

Horta, 18 e 19 de outubro de 2019.